



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

AVISO DE DISPENSA

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul pretende realizar a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de apoio administrativo nas áreas de **limpeza, asseio e conservação**, doravante nominados apenas por **LIMPEZA PREDIAL**, com prestação dos serviços por intermédio de mão de obra própria da empresa contratada, incluindo o fornecimento de equipamentos e materiais necessários para a execução dos serviços.

As especificações, prazos e demais condições da execução dos serviços constam dispostas no Anexo I - Termo de Referência e nos demais instrumentos anexos à presente consulta.

A contratação ocorrerá de forma direta, mediante Dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 75, VIII, da Lei 14.133/2021.

CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NESTA CONSULTA DE PREÇOS

1. Para a participação nesta consulta de preços, a empresa interessada deverá encaminhar a **PROPOSTA DE PREÇOS** (Planilha de Formação de Custos elaborada em formulário disponibilizado pelo TRE/MS - Anexo V e Anexo X), **devidamente assinadas e com carimbo da proponente**, juntamente com os documentos de habilitação, para o e-mail **slc@tre-ms.jus.br**, com cópia para **pregoeirotrems@gmail.com**, **até o dia 10 DE JUNHO DE 2024**.

1.1. Qualquer proposta entregue após esse prazo não será apreciada.

1.2. Não poderão participar desta Consulta:

1.2.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da consulta de preços, impossibilitada de contratar com a administração pública em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

1.2.2. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

1.2.3. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

1.2.4. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

1.2.5. Agente público do órgão ou entidade licitante;

1.2.6. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

1.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

1.2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta Consulta ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. O impedimento de que trata o item 1.2.1 será também aplicado às empresas que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da empresa proponente.

1.4. A vedação de que trata o item 1.2.5 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

1.5. Ao participar de processo de contratação, o representante legal da empresa proponente, titular de dados pessoais, está ciente de que, para a execução do objeto desta contratação a CONTRATANTE terá acesso aos seus dados, tais como: número de documentos, endereço eletrônico, cópias de documentos de identificação, bem como, que os referidos dados serão tratados pela Administração, conforme autorização legal prevista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 – Art. 7º, inciso II.

1.6. De acordo com o art. 1º, da Resolução 9/2005, do Conselho Nacional de Justiça, que dá nova redação ao art. 3º, da Resolução 7/2005, é "vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação e serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, devendo tal condição constar expressamente dos editais de contratação.

1.7. Na proposta apresentada deverão estar inclusas todas as despesas concernentes a prestação dos serviços, tais como: custo de aquisição para revenda, mão-de-obra e materiais e equipamentos necessários à realização do fornecimento, fornecimento de certidões e documentos, impostos, tributos, encargos sociais, taxas, ferramental, assistência técnica, visitas, embalagens, lucro, etc.

1.8. A conta-corrente informada deverá pertencer – estar em nome – à pessoa jurídica proponente. A não observância do disposto inviabilizará a efetivação do pagamento pelo Tribunal.

1.9. A interessada deverá utilizar a **Planilha de Formação de Custos (Anexo V)** e **Proposta de Preços (Anexo X)**, devendo, ainda, fazer menção de que está de acordo com as condições fixadas nesta Consulta de Preços e seus anexos, assim como atende ao disposto no inciso XXXIII, caput, do art. 7º da Constituição Federal (*"proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a*

menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos” - Declaração de Menor (ANEXO X).

1.10. A empresa vencedora deverá possuir sede, filial ou instalações/escritório no município de Campo Grande/MS, cuja comprovação deverá ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de contrato, conforme cláusula 13.1, XXXI, do Capítulo 13 do Termo de Referência.

DA PROPOSTA E DA PLANILHA

2. As PLANILHAS DE CUSTOS E A PROPOSTA DETALHADA (Anexo V e X), deverão constar:

- a) razão social da empresa e n.º da inscrição no CNPJ/MF;
- b) endereço completo, número de telefone e e-mail para contato;
- c) dados bancários da empresa (banco, agência e conta-corrente);
- d) dados do representante legal que assina a proposta e que assinará o contrato (nome, número e órgão emissor da Cédula de Identidade (RG), número de inscrição no CPF/MF, nacionalidade e estado civil);
- e) itens cotados, com seu número, descrição básica dos serviços e quantitativo de postos de serviços;
- f) valor mensal unitário do posto de serviços;
- g) valor total mensal do posto de serviços (multiplicação do quantitativo de postos pelo valor mensal unitário do posto de serviços);
- h) período da contratação;
- i) valor total global dos postos de serviços;
- j) valor dos uniformes;
- k) valor estimado referente ao fornecimento de materiais para a prestação de serviços, quando for o caso;
- l) valor global da proposta (somatório do valor total dos postos de serviços e dos valores totais estimados referentes ao fornecimento de materiais, se for o caso);
- m) indicação do sindicato, acordo, convenção coletiva ou sentença normativa que rege a categoria profissional que executará o serviço, bem como a respectiva data base e vigência conforme o Código Brasileiro de Ocupações – CBO.

2.1. A elaboração da Planilha de Custos e da Proposta Detalhada deverá considerar a prestação dos serviços de acordo com as condições expressas no Termo de Referência (Anexo I) e na Minuta do Contrato (Anexo III) e ter como base a Convenção Coletiva de Trabalho vigente na data de encerramento do recebimento das propostas;

2.1.1 as planilhas deverão ser elaboradas por meio de preenchimento das planilhas (excel) constantes de arquivo eletrônico de extensão .XLS, encaminhadas pelo TRE/MS – Anexo V.

2.1.2 Não será dado conhecimento na proposta elaborada com base em formulários elaborados em arquivos eletrônicos diversos dos disponibilizados pelo TRE.

2.2. Será admitida a oferta de preços apenas por pessoa jurídica.

2.3. A simples apresentação da proposta significará a anuência da proponente aos termos contidos nesta Consulta de Preços e nos anexos, que dela são parte integrante, independentemente de transcrição.

2.4. O prazo da contratação será de 12 (doze) meses, que é o máximo admitido pela legislação para a hipótese de contratação emergencial.

2.5. **Será aceita a proposta que não esteja assinada**, mas tenha sido encaminhada mediante o endereço eletrônico da empresa.

2.6. As rasuras, emendas ou defeitos no preenchimento das propostas que comprometam sua perfeita interpretação em relação à identificação da proponente e aos preços propostos acarretarão a desclassificação da mesma.

2.7. Para fins de análise da proposta detalhada apresentada pela empresa, o TRE/MS poderá solicitar a apresentação de informações/esclarecimentos, documentos e/ou quaisquer outros elementos tidos como necessários para certificação dos preços componentes da proposta.

2.7.1. A ausência de informação que não prejudique a identificação da proponente e a perfeita interpretação dos serviços ofertados não será razão para desclassificação de proposta, podendo ser solicitada a complementação no prazo de 01 (um) dia útil.

2.8. Considera-se a proponente como especializada nos serviços a serem contratados, devendo incluir em sua proposta as complementações de serviços que identifique como necessárias à perfeita execução dos serviços e obtenção do resultado pretendido pelo Tribunal.

DA HABILITAÇÃO

3. Aceita a proposta de preços, será verificado se a empresa cumpre os requisitos de habilitação, consistente na verificação da regularidade fiscal, trabalhista, capacidade técnica e qualificação econômico-financeira.

3.1. proponente deverá comprovar regularidade com:

a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;**

b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho em observância ao disposto no art. 68, IV, da Lei 14.133/2021;

d) o Portal da Transparência do Governo Federal, junto ao Cadastro de Empresas Inidônea ou Suspensa (CEIS).

e) Cadastro de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa - CNIA - CNJ
(https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

3.2. A ausência de apresentação da documentação descrita nas alíneas "a", "b", "c", "d" e "e" da cláusula anterior não servirá para desclassificação da consulta de preços, uma vez que poderá ser obtida por consulta *on-line* pela unidade técnica do TRE/MS.

3.3. Caso a empresa tenha alguma restrição para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurada à Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte a prerrogativa disposta no inciso 1º art. 43 da Lei Complementar 123/06: prazo de **5 dias úteis** para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

3.4. A empresa deverá apresentar ainda:

a) CERTIDÃO NEGATIVA DE FEITOS SOBRE INSOLVÊNCIA CIVIL, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, expedida pelo Distribuidor da sede da Pessoa Jurídica;

a.1) A apresentação de certidão positiva de feitos sobre recuperação judicial e extrajudicial não ensejará a imediata inabilitação da empresa. A empresa que se encontrar em recuperação judicial/extrajudicial deverá apresentar, juntamente com a certidão positiva, a comprovação de que seu plano de recuperação foi aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação já deferida;

a.2) à certidão em que não constar prazo de validade, será atribuída validade de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão;

b) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema (constante do Anexo X);

c) ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICO OPERACIONAL, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa executou serviços terceirizados com a alocação de postos de trabalho **por período não inferior a três anos.**

c.1) Em vista da natureza do objeto a ser licitado, será admitida a apresentação de dois ou mais atestados emitidos por pessoas jurídicas diversas, de forma que a análise conjunta dos atestados possa comprovar que a empresa proponente executou serviços de forma indireta pelo lapso temporal mínimo exigido;

c.2) É de responsabilidade da empresa disponibilização de todas as informações necessárias à comprovação a legitimidade dos atestados solicitados;

d) ATESTADO(S) DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICO OPERACIONAL emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa executou ou está executando satisfatoriamente, serviços terceirizados com a alocação concomitante de, pelo menos, **37 (trinta e sete) postos de trabalho;**

d.1) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior;

d.2) O dimensionamento da comprovação da capacidade técnica é inferior a 50% do objeto do contrato pretendido;

d.3) Em vista da natureza do objeto a ser licitado, será admitida a

apresentação de dois ou mais atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas diversas, de forma que o somatório dos documentos obtidos atinja o dimensionamento mínimo exigido;

d.4) Aplica-se na presente alínea o disposto na alínea “c.2” desta cláusula;

e) BALANÇO PATRIMONIAL DOS ÚLTIMOS 2 (DOIS) EXERCÍCIOS SOCIAIS, apresentado na forma da Lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS-DISPONIBILIDADE INTERNA – IGPD, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou outro indicador que venha a substituí-lo; cuja análise será feita na forma indicada na cláusula 3.5;

f) DECLARAÇÃO da empresa, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme Modelo (Anexo IV) deste Termo de Referência de que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do proponente, observados os seguintes requisitos:

f.1. declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

f.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, a empresa deverá apresentar justificativas.

3.5. O BALANÇO PATRIMONIAL apresentado pela empresa será analisado com a observância do que dispõem as cláusulas abaixo.

3.5.1. Será considerado como na forma da Lei o Balanço Patrimonial, apresentado mediante:

a) publicação em Diário Oficial ou jornal; ou,

b) cópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa; ou,

c) cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta comercial da sede ou domicílio da empresa ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento; ou

d) escrituração digital entregue à RFB, na forma da Lei.

3.5.2. Será analisada e avaliada a situação financeira da empresa pelos seguintes índices contábeis:

A) Liquidez Geral: Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

B) Liquidez Corrente: Ativo Circulante

Passivo Circulante

C) Solvência Geral: Ativo total

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

D) Capital Circulante Líquido (ou Capital de Giro): Ativo Circulante – Passivo Circulante

3.5.3. Para ser considerada habilitada, de acordo com a análise do Balanço Patrimonial e da Declaração constante na alínea “i” da cláusula 8.15, a empresa deverá obter:

3.5.3.1. Resultado igual ou superior a 1 na avaliação dos índices contábeis enumerados nas alíneas “A” a “C” da cláusula 3.5.2;

3.5.3.2. Capital Circulante Líquido (ou Capital de Giro) de, no mínimo, 16,66% do valor total estimado para o primeiro ano da contratação;

3.5.3.3. Patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para o primeiro ano da contratação.

3.5.4. Se necessária a atualização do balanço, deverá ser apresentado o balanço atualizado na forma estabelecida na cláusula 3.5.1 acima.

3.5.5. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta cláusula deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

3.6. As empresas criadas no exercício financeiro da Consulta de Preços deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

4. O não encaminhamento da Proposta Detalhada, bem como a ausência e/ou insuficiência de informações sobre o objeto ofertado, após solicitado pelo contratante, poderá importar a desclassificação da proposta.

5. A proposta de preço terá validade de 60 (sessenta) dias, contados da data limite da consulta, prazo após o qual, não havendo convocação para a contratação, fica a empresa liberada dos compromissos assumidos.

6. Encerrado o prazo de entrega, serão analisadas as propostas e documentos apresentados para verificação de sua conformidade quanto ao disposto nesta Consulta e demais instrumentos.

6.1. Será **declarada vencedora** a empresa que, atendendo a todas as condições estabelecidas na presente consulta, **ofertar o MENOR VALOR GLOBAL PARA O ITEM.**

6.2. Após a declaração da vencedora, o procedimento de consulta de preços será submetido à análise da Administração do TRE/MS, para que seja homologada a contratação.

7. Aplicam-se à presente consulta de preços as regras estabelecidas na legislação pertinente a Licitação, especialmente, o disposto na Lei 14.133/2021.

DA CONTRATAÇÃO:

7. A autoridade competente poderá revogar a presente contratação em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação.

8. Após a análise e autorização da contratação **será firmado Termo de Contrato.**

9. A empresa vencedora terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, **contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato,** sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

9.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

9.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da empresa vencedora e aceita pela Administração.

10. Na assinatura do contrato **será verificada a regularidade das condições de habilitação e contratação** consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

DOS ANEXOS:

11. Fazem parte da presente Consulta de Preços os seguintes documentos:

- 11.1. Anexo I - Termo de Referência;
- 11.2. Anexo I.a - Estudo Preliminar;
- 11.3. Anexos I.b e I.c - Listagem de materiais consumíveis;
- 11.4. Anexo I.d - Listagem de materiais duráveis;
- 11.5. Anexo I.e - Listagem de Equipamentos;
- 11.6. Anexo I.f - Listagem de materiais e equipamentos com imagem;
- 11.7. Anexo II - IMR;
- 11.8. Anexo III - Minuta do Contrato;
- 11.9. Anexo IV - Declaração de Contratos Assumidos;
- 11.10. Anexo V - Planilha de formação de custos - modelo para preenchimento;
- 11.11. Anexo VI - Resolução 690/TRE/MS - Código de Ética;
- 11.12. Anexo VII - Acordo de Cooperação TRE/MS e CEF (conta vinculada);
- 11.13. Anexo VIII - Planilha de custos estimados - TRE/MS;
- 11.14. Anexo IX - Termo de Conciliação MPT e União; e
- 11.15. Anexo X - Proposta de Preços e Declaração do Menor.

12. Mais informações sobre esta Consulta de Preços poderão ser obtidas junto à Seção de Licitação e Compras do TRE/MS, através do fone: (67) 2107-7092.

13. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente contratação, é competente, na forma da Lei, o foro da Justiça Federal de Campo Grande - MS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Campo Grande/MS, junho de 2024.
Seção de Licitação e Compras



Documento assinado eletronicamente por **GRAZIELA GONÇALVES SILVA JURADO**, **Chefe de Seção**, em 03/06/2024, às 17:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1644990** e o código CRC **362471EB**.



0002852-74.2024.6.12.8000

1644990v46